

cara com dez quilos de cocaína. Dez quilos de cocaína têm em todo lugar, aqui na esquina.

Vá lá, ponha a polícia lá. Ponha a Polícia diária lá. Ponha a Guarda lá, porque eu já fui lá e vi o contrário como vereador. A Polícia Militar e a Guarda dando guarida, dando segurança para os traficantes e para a Cracolândia. Falou que vai mudar? Estamos torcendo para isso, e torço por quê?

Porque as pessoas me mandam pedido de socorro pelo meu celular, ligam aqui na Assembleia. Então, obviamente, eu tenho que cobrar da polícia e vou continuar cobrando, achando que vai melhorar. Tem que melhorar; é o objetivo nosso. No nosso plano de governo, foi estipulado tudo isso. Então nós vamos continuar cobrando. Agora, não dá para entender que um ouvidor venha a pedir o afastamento de policiais que defendem a sociedade arriscando a própria vida porque um bandido morre, porque nós temos aqui um projeto de lei do deputado Frederico D’Ávila pedindo a extinção da Ouvidoria.

Então o povo vai escolher, por meio dos seus deputados, se vocês querem a Ouvidoria, que defende bandido, defende criminoso, ou vocês querem a Rota, a polícia que protege a sociedade. Isso aí o povo vai escolher por meio dos deputados, cada um escolhe o que bem entender. Mas na hora de votar o projeto de V. Exa., cada um tem a sua ideia, se é a favor do bandido ou contra o bandido, porque nós somos favoráveis à polícia nas ruas dando segurança para o povo. Que se extinga a Ouvidoria então.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D’AVILA - PL - Obrigado, deputado Conte. Não havendo mais tempo regimental para seguir a lista de oradores...

O SR. CONTE LOPES - PL - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo de lideranças, para pedir a suspensão até 16 horas e trinta minutos.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D’AVILA - PL - Pois não, deputado Conte. Havendo acordo de lideranças, a sessão está suspensa até as 16 horas e 30 minutos.

Obrigado.

- Suspensa às 16 horas e 01 minuto, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Reaberta a sessão. Há sobre a mesa requerimento da nobre deputada Marina Helou, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de integrar a Delegação Brasileira que participará da Conferência da ONU sobre a Água 2023, a realizar-se do dia 22 ao dia 24 de março do corrente ano, na cidade de Nova Iorque, sem ônus para este Poder.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Há sobre a mesa o Requerimento de Urgência do Projeto de lei nº 870, de 2021, de autoria do deputado Delegado Olim.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento para realizar-se hoje, às 16 horas e 45 minutos, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 870, de 2021, de autoria do deputado Delegado Olim. Pede para suspender a sessão por 20 minutos.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem. Havendo acordo de lideranças, eu peço a suspensão por vinte...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Dez, dez minutos dá.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Dez minutos?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Dá.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo acordo de lideranças, esta sessão está suspensa por dez minutos.

- Suspensa às 16 horas e 32 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 51 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Reaberta a sessão.

Convocação: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V.Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 1ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 15/02/2023.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Milton Leite Filho.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Havendo acordo entre as lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental.

Havendo acordo de lideranças, esta Presidência dá por levantados os trabalhos. E convoco V.Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembamos ainda da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, 10 minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 52 minutos.

14 DE FEVEREIRO DE 2023 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI Abre a sessão. Coloca em votação e declara aprovado o PL 645/21. Dá conhecimento de emenda ao PL 197/21, que retorna às comissões, ficando adiada a sua apreciação. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovada emenda substitutiva ao PL 870/21, restando prejudicado o projeto e o substitutivo.

2 - MÁRCIA LULA LIA

Declara voto contrário à subemenda aprovada, em nome do PT.

3 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA

Declara voto contrário à subemenda aprovada, em nome do PSOL.

4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

Item 1 - Em votação adiada, o Projeto de lei no 645, de autoria da nobre deputada Carla Morando e do deputado Tenente Coimbra. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei no 197, de 2021, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Há sobre a mesa uma emenda de plenário, com o número regimental das Sras. e Srs. Deputados, razão pela qual volta às comissões.

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei no 870, de 2021, de autoria do deputado Delegado Olim. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Votação da subemenda substitutiva do congresso de comissões. Em votação a subemenda. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. As Sras. e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Prejudicado o projeto e o Substitutivo no 01.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Para declarar voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Voto contrário do Partido dos Trabalhadores.

Pois não, deputada Monica?

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Ainda que o PSOL tenha colaborado para tornar o projeto um pouco menos agressivo aos movimentos, a gente declara voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Voto contrário da bancada do PSOL.

Não havendo mais nada a tratar, está levantada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 17 horas e 06 minutos.

15 DE FEVEREIRO DE 2023 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidência: DANIELA BRAGA, DR. RAUL e FREDERICO D’AVILA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DANIELA BRAGA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - DR. RAUL

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - PRESIDENTE DANIELA BRAGA

Cumprimenta o prefeito de Ribeirão Bonito, Antonio Carlos Caregaro, por sua presença nas galerias.

5 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - TENENTE NASCIMENTO

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - DR. RAUL

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - TENENTE COIMBRA

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - DR. RAUL

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Tenente Coimbra.

11 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - LETICIA AGUIAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

13 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

15 - VALERIA BOLSONARO

Por inscrição, faz pronunciamento (aparteada pelo deputado Frederico d’Ávila).

16 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Gil Diniz).

17 - FREDERICO D’AVILA

Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes.

18 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - PRESIDENTE FREDERICO D’AVILA

Cumprimenta o prefeito Itamar dos Santos Silva, de Narendiba.

20 - GIL DINIZ

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

21 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE FREDERICO D’AVILA

Defere o pedido. Faz cumprimentos à sociedade armênia em São Paulo, a Alexandre Burmaian e à Hilda Burmaian. Convoca os Sr. Deputados para a sessão ordinária do período adicional do dia 16/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Daniela Braga.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Abertura da sessão ordinária. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Oradores inscritos para o Pequeno Expediente de 15 de fevereiro de 2023: Castello Branco. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Dr. Raul. Tem V. Exa. o tempo regimental. O SR. DR. RAUL - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Nobre presidente, Daniela, que agora está fazendo o comando da nossa Casa de Leis, colegas deputados, colegas deputadas, eu queria utilizar os cinco minutos que me são reservados neste momento, primeiro, para fazer um comunicado.

Recebi a visita, agora cedo, do presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Veio aqui nos dar o apoio pelo projeto que nós estamos colocando na Casa de Leis em relação a você oficializar o melhor atendimento de oftalmologia para o estado de São Paulo, quicá Brasil. Ele andou me comunicando várias coisas que já aconteceram no passado, mas que, pelas mudan-

ças de ministro, acabaram não se concretizando. As ideias são muito boas.

Eu mencionei aqui que, se esta Casa de Leis tem realmente interesse em prestar um atendimento oftalmológico de boa qualidade a toda a população, que o faça através dos médicos oftalmologistas. Fiquei muito contente que, quando estava o ministro Mandetta ainda, o Conselho Brasileiro estava conversando com o ministro no sentido de você criar condições de a classe oftalmológica poder fazer os atendimentos através de um convênio direto com os oftalmologistas.

No passado, não foi no meu tempo ainda, existia um negócio chamado "Ficha sete". O que é que era a "Ficha sete"? O Estado credenciava os médicos a atenderem no... Eles reservavam, no consultório deles, um dia, dois dias na semana e eles faziam o atendimento nas suas especialidades pelo SUS. Hoje é SUS, mas, no passado, era o INPS, INSS. As coisas foram mudando nesse sentido.

Existe a possibilidade de esse tipo de atendimento voltar a ser feito, com você fazendo os processos licitatórios, como manda a lei, e fazendo com que a medicina, uma medicina de boa qualidade, chegue também a todos os pacientes que possam estar utilizando o SUS. O SUS iria fazer a sua remuneração dentro da tabela que eles preconizam.

Então, fica aqui o meu apoio a esse tipo de atitude. No caso, estava sendo realizado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia, mas, se começar com oftalmologia, tenho certeza de que isso pode acabar ganhando espaços não só na área oftalmológica, mas também em todas as outras especialidades.

Não há necessidade nenhuma de você fazer com que credenciar... Bem que se diz, aqui estava passando um projeto de lei da optometria. Para que fazer um meia boca se você pode prestar um atendimento de qualidade, dentro dos preceitos da evolução da medicina?

Então, eu peço já até o apoio para os nobres pares. Nosso projeto de lei está tramitando nesta Casa de Leis, regulamentando como deve ser o atendimento oftalmológico para tirar fora essa balbúrdia que está acontecendo de as óticas ficarem prestando atendimento oftalmológico, entre apas, apenas para fazer venda de óculos, que nós chamamos de venda casada.

A lei proíbe isso terminantemente, mas não havia uma regulamentação a nível de Estado. Então o que nós estamos fazendo como projeto de lei é criando, praticamente, uma regra pela qual os projetos que são bem antigos, de 1932, 1934 tenham realmente um amparo legal, com uma regulamentação daquilo que, quem descumprir, vai pagar pelo descumprimento.

Novamente, agradeço a visita do Conselho Brasileiro de Oftalmologia que veio parabenizar pela forma como a gente está tratando o assunto. Tenho certeza que se unirmos as forças, a oftalmologia chega para todos, da forma que ela vem evoluindo. Muita coisa já aconteceu dentro da oftalmologia e nós temos que fazer com que essa medicina que evoluiu, em todas as suas áreas oftalmológicas, também chegue aos pacientes do SUS.

Hoje, para você ter uma ideia, se você fizer uma cirurgia de catarata, raros são os serviços que têm autorização para se colocar, por exemplo, uma lente tórica, que corrige também o astigmatismo. Na iniciativa privada, nós fazemos isso de rotina. No SUS, fica aquele valor fixo, e aquele valor fixo tem que ser utilizado para o hospital fazer todas as compras do insumo e isso não é suficiente para se comprar uma lente tórica.

Então fica aqui o meu apelo, que os nossos serviços públicos possam estar atentos à evolução da medicina e não se esquecer que os insumos sobem, são mais caros e a população mais carente também precisa ter acesso a esse tipo de medicina.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Continuando a chamada dos oradores inscritos, deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Major Mecca. Com V. Exa. a palavra.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, os deputados, as deputadas aqui presentes, nossos policiais, nossos amigos que estão aqui assistindo a nossa sessão no Plenário e a todos que nos acompanham pela TV Alesp.

Hoje, o governador Tarcísio de Freitas sancionou a Lei nº 17.629, de 14 de fevereiro de 2023. Essa lei proíbe a exigência de comprovante de vacinação contra a Covid-19 para acesso a locais públicos e privados. Importante consignar que tanto o governador Tarcísio, como todos nós, nunca fomos contra a vacinação. Nós sempre fomos contra a exigência do comprovante de vacinação para acesso em locais públicos, locais privados, como aconteceu com os policiais tendo a exigência de apresentar o comprovante vacinal. Muitos chegaram a responder processo administrativo.

Nós sempre fomos a favor da liberdade do cidadão, pois isso é garantido na Carta Magna, na Constituição Federal e nós temos, sim, que respeitar a Constituição da República Federativa do Brasil. É a lei maior, ela não pode ter outras legislações abaixo dela que a contrariem. Se nós queremos um país onde haja ordem, onde haja progresso, nós temos que respeitar a Constituição.

Na sequência também o governador revogou o Decreto nº 67.490, que havia sido assinado pelo então Sr. Agripino Dória, que governou o estado de São Paulo e que exigia, que dava o prazo de cinco dias para que os policiais e os funcionários públicos em geral apresentassem tal comprovante.

Então, esse decreto, na data de hoje, foi revogado, juntamente com a sanção do Projeto de lei nº 668. Eu participei, o deputado Gil Diniz, a deputada Valeria Bolsonaro, que está aqui, o deputado Tenente Coimbra também. Foi escrito pela deputada Janaina Paschoal, que tomou a frente e lutou bastante para que essa lei se transformasse em realidade. O deputado Douglas Garcia também, que não está no plenário.

Então, fica aqui o nosso registro e gostaria também de registrar o meu agradecimento. Hoje, pela manhã, estive no Palácio dos Bandeirantes conversando sobre emendas que nós conseguimos aprovar na Lei Orçamentária Anual, que foi votada no mês de dezembro aqui nesta Casa.

Uma dessas emendas que aprovei aqui com o apoio dos demais parlamentares, de todos os deputados estaduais desta Casa, foi uma emenda de 15 milhões para que pudéssemos socorrer o Hospital da Polícia Militar, que se encontra em uma situação degradante. Os nossos policiais que precisam de um atendimento digno, muitas vezes, na maioria das vezes, se socorrem em outros hospitais, porque o Hospital da Polícia Militar não tem estrutura para cuidar dos nossos homens e mulheres que estão diuturnamente cuidando da população de São Paulo.

Então, fica registrado o meu agradecimento ao Sr. Junior Dourado, que nos recebeu e foi bastante atencioso. A nossa gratidão ao governador Tarcísio de Freitas, que tem a porta do Governo do Estado de São Paulo aberta a todos os deputados desta Casa, para que todos nós possamos trabalhar juntos, para que possamos discutir e tratar de boas legislações, de boas iniciativas para melhorar a vida e as condições do povo do estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Continuando a chamada dos oradores inscritos, quero fazer um adendo e agradecer a presença do nosso prefeito de Ribeirão Bonito, Carlos Caregaro.

O deputado Major Mecca falou e agora vamos ao deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas,

público aqui presente, telespectador da TV Assembleia, olha, as aulas tiveram início agora no último dia seis e até agora a Escola Estadual Marechal Deodoro, que fica na região do Bom Retiro, continua na escuridão, porque não tem energia elétrica na escola.

Tenho fotos aqui. Os professores, a comunidade escolar, os pais me passaram essas fotos da escola. Escola Marechal Deodoro em plena escuridão! Os alunos assistindo aulas, a escola em funcionamento nessas condições. Dr. Raul, que é oftalmologista, eu penso que há um impacto para a saúde visual das nossas crianças, dos nossos adolescentes - olha só a escuridão -, dos professores, dos funcionários. A escola não tem energia elétrica.

A escola, no centro da cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, o estado mais rico da Federação, e veja o secretário da Educação só falando em introduzir novas disciplinas no currículo escolar, que vai resolver o problema da Educação implantando a famosa educação financeira ou robótica.

Mas como vai ter robótica nas escolas se não tem energia elétrica na maior rede de ensino da América Latina? Olhe a situação da Escola Marechal Deodoro, no Bom Retiro, aqui ao lado, perto, a alguns poucos quilômetros da Assembleia Legislativa e da própria Secretaria da Educação. Um absurdo! Os fios foram roubados e nada foi feito ainda.

A direção da escola já solicitou, a escola já fez todos os esforços, todos os procedimentos, e até agora nada. Nem a Seduc, nem a FDE para resolver uma situação tão simples assim. Então daqui da tribuna da Assembleia Legislativa, Sra. Presidente, eu quero acionar a Secretaria da Educação, a FDE e o governador Tarcísio de Freitas para que tomem providências imediatas.

A escola está em plena escuridão. A escola tem que ser imediatamente reformada na sua parte elétrica. Essa situação tem que ser resolvida. Os nossos alunos não podem ficar nessa situação, nem os profissionais da Educação.

Quero ainda, Sra. Presidente, aproveitar a minha intervenção aqui no Pequeno Expediente para manifestar o meu total apoio à luta do Magistério municipal de Carapicuíba, que está lutando para que o Piso Nacional Salarial seja cumprido de verdade, não de uma forma fake como vem fazendo a Prefeitura, que na terça-feira aprovou agora, recentemente, um projeto de lei.

Vai ter uma outra votação amanhã. O que eu me refiro aqui é ao Projeto nº 3.126, de 2023, que dispõe sobre adequação do piso salarial dos professores da rede pública de ensino. Mas eu digo que é projeto fake porque o piso tem que ser puro, tem que ser no salário-base, e depois que têm que incidir, no caso aqui, os trênisos, a evolução funcional.

Acontece que esse projeto que está sendo aprovado é fake, porque apenas um terço da rede vai alcançar o valor do piso. A maioria da rede não vai ter nenhum tipo de benefício, nenhum tipo de reajuste salarial.

Então eu faço um apelo aqui ao prefeito da cidade de Carapicuíba que, inclusive, já foi deputado estadual aqui, o Marcos Neves, para que ele modifique esse projeto e dê o reajuste do piso nacional como ele tem que ser feito, não através de complementação de vencimentos, mas através de tal forma que haja o impacto em toda a carreira, que todos tenham de fato esse reajuste.

Porque pouquíssimos professores - talvez 100, 150 professores apenas - terão algum tipo de benefício com a aprovação desse projeto. Então fica aqui o nosso apoio à luta do Magistério municipal de Carapicuíba pelo pagamento integral do piso, real do piso, com impacto, com repercussão em toda a carreira; não aprovação fake.

Aí não vale. A Lei nº 11.738, de 2008, é muito clara em relação a isso, Sra. Presidente. Então não pode desvirtuar a legislação para falar que está pagando e cumprindo a lei, e mesmo assim o salário reajustado do Piso Nacional Salarial é muito baixo ainda.

Esse é o mínimo que o prefeito tinha que pagar, mas, infelizmente, alguns municípios têm se comportado dessa maneira, pagando de uma forma irregular, mesmo o governo estadual agora pagando através de abono complementar. Isso é ilegal, é inconstitucional.

Então faço um apelo à Câmara Municipal de Carapicuíba, aos vereadores que têm compromisso com a educação pública, com a escola pública, com os professores, com os profissionais da Educação: que revejam esse projeto.

Que ele seja alterado, que ele seja debatido com o Magistério, de tal forma que o reajuste do piso nacional tenha repercussão em toda a carreira, incidindo sobre os quinquênios, a evolução funcional. É assim que funciona o Piso Nacional Salarial. É assim que ele tem que ser pago.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - DANIELA BRAGA - UNIÃO - Seguindo a chamada dos oradores inscritos, deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Márcia Lula Lia. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento.